

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO  
AUTÓNOMA DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS  
PARLAMENTARES, AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

# RELATÓRIO

---

DA AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO PARA A PRESIDÊNCIA DO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA  
EDA - ELETRICIDADE DOS AÇORES, S.A.

SANTA CRUZ DAS FLORES  
3 FEVEREIRO DE 2021



---

TRABALHOS DA COMISSÃO

---

A Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, reuniu no dia 3 de fevereiro de 2021, com recurso a meios telemáticos, a fim de proceder à audição do Dr. Nuno Henrique Oliveira Pimentel, indigitado pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.

O *Curriculum Vitae* do Dr. Nuno Henrique Oliveira Pimentel fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

---

1º. CAPÍTULO - ENQUADRAMENTO JURÍDICO

---

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

“A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”. (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A)

“A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição”. (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A)

Por fim, refira-se que “O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos”. (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A)



---

## 2º. CAPÍTULO - AUDIÇÃO DO GESTOR INDIGITADO

---

O Dr. Nuno Henrique Oliveira Pimentel, na qualidade de gestor indigitado para a Presidência do Conselho de Administração da EDA - Eletricidade dos Açores, S.A, iniciou a sua audição com uma breve apresentação sobre si próprio referindo ter 60 anos, ser casado e pai de dois filhos, fez os seus estudos primários na Escola da Ajuda da Bretanha, de onde é natural, tendo posteriormente entrado para uma instituição - a Casa de São José - em Ponta Delgada, o que lhe permitiu continuar a estudar e concluir os estudos secundários e o propedêutico, ingressando depois na Universidade dos Açores onde concluiu, em 1985, a Licenciatura em organização e gestão de empresas. De seguida, e de uma forma sucinta, fez uma descrição do seu percurso profissional abordando os dados que constam do seu currículo que se anexa ao presente relatório. Continuou referindo que em relação à indigitação para o Conselho de Administração EDA só se iria pronunciar sobre as grandes linhas que deverão orientar este mandato destacando cinco pilares:

- Em primeiro lugar, prestar um serviço público de qualidade no fornecimento de energia elétrica;
- Em segundo, apostar no aumento das energias de fontes renováveis no total da produção de eletricidade isto sempre com base em estudos técnicos sólidos e de racionalidade económica de forma a contribuir para a descarbonização e desenvolvimento sustentável da Região;
- Em terceiro lugar, dinamizar a digitalização e modernização tecnológica e a simplificação de procedimentos para se conseguir uma maior eficiência e agilidade da empresa;
- Em quarto, promover o desenvolvimento, a formação das pessoas e a sua segurança, aspeto importante na empresa;
- Em quinto e por último, mas também não menos importante que todos os outros preservar a solidez e a sustentabilidade financeira da empresa.

Reiterou, finalizando que irá dedicar-se com trabalho e empenho a esta missão.

Todos os Deputados que intervieram nesta audição começaram as suas intervenções desejando ao Dr. Nuno Henrique Oliveira Pimentel os maiores sucessos no desempenho



das suas novas funções como gestor indigitado para a Presidência do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.

O Deputado Pedro Pinto constatou com agrado o vasto currículo em gestão de empresas do Dr. Nuno Pimentel e mencionou ter estado atento às prioridades que foram enunciadas para a empresa, perguntando relativamente à utilização de fontes de energia renovável, e num horizonte de dez anos, como se perspetiva que vai ser a evolução da produção de energia elétrica nos Açores apesar dos condicionalismos provocados pela natureza arquipelágica do território.

Em resposta o Dr. Nuno Pimentel reiterou, relativamente às energias renováveis, que este será o grande desafio, sendo uma das prioridades que vai também em linha com toda a orientação quer do programa do Governo quer do plano de recuperação e resiliência, referindo que este será um dos vetores onde se deve apostar no futuro próximo e que esta será uma das áreas de atuação privilegiada da empresa. Afirmou ainda que “o que está perspetivado é continuar esta trajetória, eu fiz referência que aquilo que está programado é que se possa passar dos níveis atuais de 38 a 40% de energias renováveis para o nível de 60% em 2024/25 ou até mais se surgirem outros produtores de energia de fontes renováveis e que possam ser admitidos à rede”.

Por sua vez, o Deputado Pedro Pinto reportando-se à possibilidade referida de surgirem outros produtores de energia, e sabendo-se que atualmente o regime jurídico relativamente à produção de energia é um regime de monopólio, questionou o Dr. Nuno sobre a forma como vê, ainda que apenas conceptualmente, a viabilidade não só para a empresa como para outros produtores privados, que possam eventualmente surgir e as transformações que terão que ser feitas obviamente na legislação para permitir que ocorra a entrada de novos produtores e a ocorrer se será só em algumas ilhas ou em todas as ilhas.

Quanto a isto, o Dr. Nuno Pimentel respondeu que a questão do monopólio não se coloca ao nível da produção de energia e que a entrada de outros agentes é sempre bem vinda, embora sempre dependente de estudos técnicos e económicos mas acima de tudo estudos técnicos porque tem que se admitir esses novos produtores levando em



consideração também toda a carga e as necessidades de cada uma das redes de que se dispõe e finalizou reiterando que como princípio, claro que toda a iniciativa que possa surgir a nível privado e que possa trazer ainda por cima fontes renováveis à rede são bem vindas.

O Deputado António Lima fez referência ao plano de investimentos da EDA para o quadriénio 2020/2024 e ao objetivo de penetração de energias renováveis de 60 % para 2025, para colocar uma primeira questão sobre se esse objetivo é para manter e cumprir e se o plano de investimentos que está previsto e que está em curso vai ou não ser mantido.

Ainda questionou o Dr. Nuno Pimentel sobre qual é que deve ser a política de distribuição de dividendos do Grupo EDA.

Relativamente a outros operadores produtores de energia elétrica e relativamente à possível introdução do produtor MUSAMI, que tem previsto um investimento numa central de valorização energética na ilha de São Miguel, o Deputado quis saber qual a opinião do Dr. Nuno sobre esta matéria nomeadamente para perceber se a EDA terá ou não intenção de adquirir toda ou pelo menos parte da energia produzida por este produtor.

Ainda, no uso da palavra, o Parlamentar, colocou uma última questão que tem a ver com o grupo empresarial no seu todo que é constituído por várias empresas, de dimensões diferentes, em várias áreas que são de certa forma também complementares e o que gostaria de saber é se considera que as empresas existentes neste momento devem ser mantidas no grupo com a atual estrutura acionista ou se considera que alguma delas deva ser alienada no futuro.

Relativamente às perguntas colocadas, o Gestor público realçou que os objetivos de penetração das energias renováveis e também o plano com as orientações estratégicas estão em continuidade com a política que a empresa tem vindo a desenvolver e que não existe qualquer intenção de rutura, muito pelo contrário há a continuidade da ambição que já vem de trás no que diz respeito ao aumento da penetração das energias renováveis.

Acrescentou ainda que o objetivo de 60% é para manter e para prosseguir o caminho que está e tem sido seguido no sentido correto.



Quanto à política de distribuição de dividendos e enquanto responsável da empresa, o Dr. Nuno Pimentel respondeu que irá procurar preservar a solidez e a sustentabilidade financeira da empresa e afirmou que não poderá ter outra posição que não seja a de ser prudente nessa matéria. Ser prudente nesta matéria é propor que a política de dividendos seja apenas na medida do que é o mínimo legalmente imposto, sendo de realçar que a última palavra é sempre dos acionistas. Reforçou que essa prudência em termos de política de dividendos é necessária tendo em consideração o elevado volume de investimentos que a empresa tem pela frente.

Relativamente ao dossiê MUSAMI, o Dr. Nuno Pimentel referiu que sendo esta uma matéria complexa do ponto de vista técnico, terá de ser estudada em devido tempo, e adiantou que não estava em condições de poder responder ao Deputado António Lima. No que se refere ao grupo empresarial, respondeu prontamente que não tem qualquer perspectiva de alterar a estrutura do grupo tal qual como ela existe atualmente.

O Deputado Francisco César manifestou uma dúvida quanto aos objetivos definidos para a penetração de energias renováveis que diferem entre o estabelecido pelo Governo para 2025, de cerca de 65% e o plano de investimentos da EDA de apenas 60%, e a pergunta colocada é se existe intenção da nova administração da EDA de reforçar o seu investimento em energias renováveis no sentido de atingir os 65%.

De seguida, referiu que o programa do Governo prevê medidas para estimular a concorrência para produção elétrica de energias renováveis, no entanto alertou para o facto dos cerca de nove subsistemas elétricos nos Açores já estarem nos limites de carga de introdução de energias renováveis e só poderem levar mais energias renováveis se por acaso forem feitos investimentos nomeadamente em sistemas de armazenamento que estão previstos no plano de investimentos da EDA.

Assim, se estimularmos a concorrência e for uma concorrência através de leilões ou de outros processos, sem se acautelar vários aspetos, vamos ter um problema de poder sobrecarregar ou sobredimensionar uma rede que não está preparada para isso e portanto esta medida à partida cria-nos aqui um problema porque concorrência efetiva será muito difícil de acontecer.

O Deputado Francisco César referiu ainda que a abertura de leilões terá de ser feita com cuidado, para já porque estas são matérias que não são da responsabilidade direta do Governo dos Açores e o mercado elétrico nos Açores é regulado pela ERSE, pelo que



qualquer alteração ou qualquer introdução de um operador privado terá em primeiro lugar prejuízo para a empresa ou, caso haja subsídio, o que poderá acontecer é uma diminuição das transferências para a EDA e para o Governo dos Açores daquilo que se chama ao abrigo do déficit tarifário.

E daí a pergunta colocada ao Gestor público sobre a possibilidade de isto vir a ser feito como referiu e se concorda que assim seja feito.

Outra questão ainda foi no sentido de saber que garantias podem ser dadas de que não voltamos a alimentar a vontade para consumir fuelóleo até porque a isenção do pagamento de ISP para o fuelóleo em Portugal terminou e foi já estabelecido no último Orçamento de Estado o pagamento de ISP.

Às perguntas colocadas, o Dr. Nuno Pimentel respondeu que quanto à questão do objetivo de penetração de energias renováveis, o plano da EDA refere-se aos 60% e o programa de governo 65%, não exclui que não possam surgir outros produtores e outras iniciativas, não sendo, portanto, duas coisas incompatíveis. O objetivo de 60 % é já um salto muito significativo e se for possível chegar mais além, melhor ainda, se aparecerem mais iniciativas ao nível de energias renováveis muito mais provável será alcançar a tal cota dos 65% que será um grande objetivo.

Relativamente à questão dos investimentos necessários, respondeu que de facto os investimentos ao nível do armazenamento são um dos eixos fundamentais daquilo que é necessário fazer para ajudar a aumentar a própria cota de penetração das energias renováveis no conjunto da produção de eletricidade, sendo que um dos problemas das energias renováveis é a variabilidade e a intermitência. Portanto são precisos sistemas de backup, de recurso, para poder regular toda essa variabilidade e a intermitência dessas fontes renováveis e ter também sistemas mais sofisticados em termos de gestão dessas cargas. Concluiu referindo que, de facto, existe a necessidade de serem realizados esses investimentos para que se possa otimizar a gestão da rede e aumentar a capacidade de utilizar toda a energia gerada por fontes renováveis.

Quanto à questão dos leilões, o Dr. Nuno referiu que certamente que este assunto tem que ser visto no contexto do modelo de regulação que existe em Portugal e não entende que haja alguma discordância com o programa de Governo, porque o que foi referido prende-se com a ideia de criar ou desenvolver medidas legislativas que permitam



evoluir nesse sentido, ou seja estas medidas são uma questão mais de natureza política do que empresarial ao nível da EDA.

Relativamente à questão do fuelóleo entende que está interligado com a questão das energias renováveis. O fuelóleo funciona como sendo a fonte de recurso para regular o sistema e também tem limites técnicos mínimos e máximos, portanto estes investimentos em termos de melhoria da gestão da rede e também de armazenamento de energia irão ajudar à penetração das energias de fontes renováveis e, conseqüentemente, reduzir o recurso que se faz ao fuelóleo.

Finalizando e quanto à questão do ISP, o Dr. Nuno Pimentel referiu que de facto acaba por ser inquestionável que os combustíveis fósseis terão de ser progressivamente penalizados para cada vez mais também do ponto de vista económico desincentivar o recurso ao seu uso.

O Deputado Francisco César usando o direito de réplica referiu que, para se conseguir aumentar o investimento ou a penetração de renováveis para 65% e isso resultar da iniciativa privada, praticamente com toda a certeza a EDA terá de aumentar a capacidade dos seus sistemas de armazenamento e questionou o Dr. Nuno Pimentel se está disponível para reforçar o plano de investimentos da EDA para permitir que isso aconteça.

Por último perguntou se no convite feito pelo Governo Regional para ser Presidente do Conselho de Administração do Grupo EDA foi de alguma forma abordada a necessidade de demonstrar garantia de lealdade ou confiança político partidária.

Quanto às questões colocadas, o Dr. Nuno Pimentel referiu que a disponibilidade para investir está presente, mediante um programa de investimentos que está traçado. Referiu também que o sentido que interessa é a aposta nas fontes de energias renováveis, conforme o evoluir da realidade e dependendo também das análises técnicas, mas a estratégia que também está prevista no programa de recuperação e resiliência é para seguir.

Relativamente à segunda questão, respondeu que não foi convidado por lealdade política e que aquilo que lhe foi pedido foi gerir a empresa. Portanto não há qualquer condicionante neste domínio e esse assunto nunca lhe foi colocado.





O Deputado Pedro Neves referiu a importância do Projeto Janus que está a ser feito na Terceira, relativamente a serviços auxiliares da rede para altas taxas de penetração, que é aquilo que é necessário para o futuro, e questionou se esse investimento será reforçado não só na ilha Terceira dentro desse projeto da Janus, mas também se será um investimento da parte da EDA em outras ilhas para conseguirmos ter um valor “hipocarbónico” mais baixo do que aquele que temos neste momento.

O gestor público respondeu que não domina a matéria do ponto de vista técnico a esse nível e, portanto, não iria conseguir responder nada em concreto.

Usando o direito de réplica, o Deputado Pedro Neves, solicitou então não uma resposta técnica, mas uma resposta em termos de ambição. E questionou: “terá o senhor Dr. uma ambição ainda maior do que aquela que existiu no passado que eu acho que é apenas de manutenção e um bocado conservadorista não será que temos que ter uma ambição ainda maior também sabendo que vamos ter 37% da alocação da *NextGenerationEU* apenas para a transição energética poderei fazer então essa pergunta que é mais empírica e mais em termos de ambição como o senhor faz parte da administração do conselho de administração.”

O Dr. Nuno Pimentel, em resposta, referiu que a aposta é neste sentido e a ambição desde que seja tecnicamente possível e, de facto, nessa vertente. Afirmou que não se encontra preparado para responder, mas reforçou que a ambição será para de facto fazer uma maior aposta nas energias renováveis e no aproveitamento das potencialidades que elas prestam.

O Deputado António Vasco Viveiros referenciou o Dr. Nuno Pimentel como dos quadros mais destacados da nossa Região, manifestando satisfação pela sua nomeação. Relativamente às questões e embora referindo que muitas das questões já tenham sido colocadas e respondidas, solicitou um comentário sobre duas empresas do Grupo - a Global Eda e a Segma - uma vez que algumas empresas que atuam no mesmo mercado denunciam que existe concorrência desleal, atendendo a que estas duas empresas referenciadas têm vantagem quanto à aquisição de serviços da própria EDA a estas empresas sem concurso, por um lado, e, por outro, de terem a cobertura financeira e a



segurança de serem empresas cujo acionista é a EDA. Ainda sobre o tema e sobre aquele que poderá ser no futuro o papel destas duas empresas, questionou em concreto se faria algum sentido a sua alienação em termos de privatização do seu capital, de maneira que em igualdade de circunstâncias atuassem no mercado com muitas outras empresas que partilham o mercado que é pequeno e que tem uma dimensão bastante reduzida.

O deputado António Vasco Viveiros referiu ainda que a questão das metas do peso das energias renováveis no conjunto da produção elétrica é naturalmente muito relevante sobretudo porque o anterior governo não cumpriu as metas fixadas no PO 2020 (em 2020 deveriam ter atingido o intervalo entre 48% e 52%, ficando apenas nos 38% em 2019, ou seja, muito aquém das estimativas).

Às perguntas colocadas, o Dr. Nuno Pimentel respondeu que partilha da análise e que existe de facto esse tal guarda-chuva e essa vantagem em termos de concorrência dessas empresas face à restante concorrência, mas também referiu que não podemos ignorar a competência técnica que está presente nestas empresas. Do ponto de vista daquilo que será a atuação do Conselho de Administração, será a de procurar sempre as melhores soluções que existam no mercado quer do ponto de vista técnico quer do ponto de vista económico e fazer isso sempre com transparência, aliás cumprindo aquelas que são as regras de mercado.

Relativamente à manutenção ou não dessas participações é uma questão sobre a qual não se encontra habilitado para se pronunciar neste momento, embora reconheça a possibilidade da serem alienadas em parte, sendo esta uma decisão que compete aos acionistas e não a quem está na gestão da empresa.

O Deputado Paulo Estevão aludiu à situação da ilha do Corvo que é neste momento a única ilha que não produz a energia a partir de fontes renováveis, tendo ainda mencionado que foi aprovado um projeto de resolução no final da legislatura anterior que aponta para que se faça de facto o investimento que é necessário fazer e se elabore e execute um projeto que contemple uma solução integrada para o sistema energético da ilha do Corvo, envolvendo a produção de eletricidade por fontes renováveis, de modo a tornar a ilha tendencialmente autossustentável em termos energéticos.

A pergunta colocada foi se será considerado como objetivo concretizar estes investimentos no sentido de aumentar a autonomia energética da ilha do Corvo.



Ainda no uso da palavra, o Parlamentar questionou o Gestor sobre qual será a política a implementar em relação à distribuição de dividendos na empresa.

Relativamente às perguntas colocadas, o Gestor público respondeu, relativamente aos investimentos na ilha do Corvo, que conhece o projeto que existe, e que se está a desenvolver, e que é um investimento para se manter.

Relativamente à política de dividendos é de todo recomendável alguma prudência em termos da política de dividendos e é recomendável de facto que os dividendos sejam distribuídos apenas na medida daquilo que legalmente deve ser estritamente cumprido, sendo que cabe aos acionistas a decisão final sobre a matéria da distribuição de dividendos.

O Deputado José Contente questionou em matéria de energias renováveis o que é que efetivamente o Dr. Nuno Pimentel entende credível como meta para as energias renováveis e se já tem alguma ideia dessa distribuição por algumas ilhas e também naturalmente também se acha que todas as ilhas podem ser ou não contempladas por essas energias renováveis.

O Deputado Lubélio Mendonça colocou a questão sobre o Projeto Corvo 100% verde, nomeadamente da disponibilidade de investimento em tal projeto e se sim para quando o seu início.

O Deputado Paulo Estevão voltou a perguntar se é realmente intenção do Dr. Nuno Pimentel enquanto Presidente do Conselho de Administração da EDA executar o investimento que foi solicitado num projeto de resolução aprovado no Parlamento dos Açores.

O Deputado José Eduardo solicitou esclarecimentos sobre o reforço da exploração do parque eólico da Boca da Vereda na ilha das Flores, se é para avançar e em que moldes e se já existe definição de prazos. Questionou também sobre o ponto de situação do projeto de aproveitamento da hidroelétrica da Ribeira Grande na ilha das Flores.



O Deputado António Vasco Viveiros questionou se existe alguma informação em termos de manutenção da política de harmonização do tarifário que muito beneficia a Região.

Às perguntas colocadas, o Dr. Nuno Pimentel respondeu, e relativamente à questão colocada pelo Deputado José Contente informou que não dispunha de informação detalhada relativamente aos níveis por ilha das penetrações de energias renováveis. Quanto à questão colocada pelo Deputado Lubélio Mendonça, e que também está interligada com a questão solicitada pelo Deputado Paulo Estevão, referiu ter conhecimento do projeto que está em curso para a ilha do Corvo e que vai continuar referindo que, quanto à capacidade de se alcançar na ilha os 100% de energia renovável, tal dependerá de condicionantes técnicas.

Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado José Gabriel Eduardo não possui informação detalhada a este nível para poder dar as informações solicitadas.

Por último, a questão colocada pelo senhor deputado António Vasco sobre a harmonização do tarifário, informou que não tem qualquer indicação que o quadro atual se altere.

---

### 3º. CAPÍTULO - POSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

---

**O Grupo Parlamentar do PS** manifesta parecer de abstenção à audição.

**O Grupo Parlamentar do PSD** dá o seu parecer favorável à audição.

**O Grupo Parlamentar do BE** abstém-se de emitir parecer à nomeação do Presidente do Conselho de Administração da EDA, uma vez que essa é da exclusiva responsabilidade do Governo Regional e que o parecer da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores não tem caráter vinculativo.

**O Grupo Parlamentar do PPM** está de acordo com a redação do relatório e apresenta a seguinte posição em relação à audição realizada:

“O Dr. Nuno Henrique Oliveira Pimentel tem um vasto currículo enquanto gestor público. Na audição realizada, o Dr. Nuno Pimentel demonstrou um amplo



conhecimento da empresa e dos principais desafios que a mesma enfrenta. Evidenciou ainda “ter projeto” para o futuro da empresa, algo que deixou bem manifesto na exemplar hierarquização de objetivos que realizou. O Grupo Parlamentar do PPM dá, assim, um parecer favorável à indigitação do Dr. Nuno Henrique Oliveira Pimentel para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.”

**A Representação Parlamentar do PAN** dá o seu parecer favorável à audição.

**O Relator,**

(José Gabriel Eduardo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Anexo ao relatório o *Curriculum Vitae*.

**A Presidente**

(Bárbara Torres Chaves)